

Paulínia retoma a construção da 3ª ponte sobre o Rio Atibaia

Decisão ocorreu após a apresentação de licenças ambientais

A Prefeitura de Paulínia está autorizada a dar continuidade à construção da terceira ponte sobre o Rio Atibaia. A liberação ocorreu após decisão liminar do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), concedida na quarta-feira (11), que permitiu a retomada dos serviços depois da apresentação, por parte do município, de licenças ambientais exigidos pela legislação.

Continuação da obra

A nova decisão judicial torna sem efeito a determinação expedida em dezembro de 2025 que havia interrompido o andamento da obra. A paralisação foi efetivada em 14 de janeiro, quando a administração municipal recebeu notificação oficial sobre a suspensão. Com a liminar agora concedida, o canteiro poderá voltar a operar normalmente.

Em execução desde junho de 2023, o projeto tem conclusão estimada para o fim de 2026. A estrutura contará com aproximadamente 350 metros de extensão e fará a ligação entre as regiões dos Jardins Fortaleza e Calegaris e os bairros Alto dos Pinheiros, São José e áreas vizinhas. A expectativa é que a nova travessia contribua para aliviar o fluxo intenso na Avenida José Paulino, principal corredor viário da cidade, além de ampliar as alternativas de deslocamento.

Na decisão, o relator destacou que, em análise preliminar, não



Prefeitura de Paulínia

Estrutura terá 350 metros e deverá melhorar o trânsito na Avenida José Paulino

foram identificadas irregularidades. Segundo o entendimento apresentado, a legislação municipal autoriza o licenciamento para supressão de vegetação que inclua árvores isoladas, vegetação pioneira e fragmentos de mata secundária em estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica, desde que situados fora de Área de Preservação Permanente (APP).

Também foi considerada válida a licença para intervenção em APP, com base nas diretrizes estabelecidas pelo Código Florestal. O magistrado ressaltou que o município possui competência para conduzir o processo de li-

cenciamento, desde que observe todos os critérios técnicos e legais aplicáveis, afastando, nesse momento processual, as alegações de ilegalidade apresentadas na ação popular que questionava a obra.

Aval técnico

Um parecer técnico da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) reforçou a regularidade do procedimento adotado. O documento reconhece que Paulínia tem atribuição para autorizar intervenções classificadas como de baixo e médio impacto ambiental de âmbito local.

De acordo com a norma, em-

preendimentos viários que envolvam movimentação de solo de até 1 milhão de metros cúbicos ou supressão de vegetação nativa em área de até 10 hectares são enquadrados como de médio impacto ambiental.

No caso da terceira ponte, além das autorizações municipais, houve anuência da Cetesb para a retirada de vegetação nativa secundária em estágio médio de regeneração, conforme exigências ambientais vigentes.

Ao final, o relator concedeu a liminar suspendendo os efeitos da decisão anterior que havia determinado a interrupção das atividades.

Conselho Tutelar aprimora atendimentos

Os conselheiros tutelares de Americana participaram, nesta semana, de uma etapa de formação voltada ao aperfeiçoamento do atendimento prestado à população. A capacitação integra um processo iniciado no ano passado, que incluiu encontros presenciais para análise de registros e avaliação dos fluxos adotados no município.

A proposta envolveu um diagnóstico participativo sobre os formulários e instrumentos utilizados no cotidiano do Conselho Tutelar. O trabalho foi conduzido pelos profissionais Reinaldo Balbino e Sônia Bonfanti, em parceria com os próprios conselheiros, permitindo a identificação de pontos de melhoria nos procedimentos internos.

Revisão técnica

Com base nesse levantamento, os formulários de atendimento passaram por revisão e padronização. Segundo a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH), a medida busca qualificar os registros, organizar as informações e dar mais segurança jurídica às decisões tomadas pelos conselheiros.

O coordenador do Conselho Tutelar, Rodrigo Mileta, ressaltou que a formação continuada é essencial para o bom desempenho da função. De acordo com ele, a atualização permanente contribui para alinhar a atuação às normas legais e aprimorar a análise dos casos envolvendo crianças e adolescentes.

Apoio institucional

Além da revisão documental, a programação incluiu supervisão técnica com reuniões bimestrais destinadas à discussão de situações complexas e definição de encaminhamentos adequados. Como suporte complementar, foi disponibilizada consultoria especializada por meio de atendimento online via WhatsApp Business.

Também foram elaborados modelos padronizados para registros, relatórios e encaminhamentos, fortalecendo a organização interna e a uniformidade das ações. Para a coordenadora de Direitos Humanos da SASDH, Cibele Ascari, a iniciativa representa um avanço no fortalecimento institucional do Conselho Tutelar.

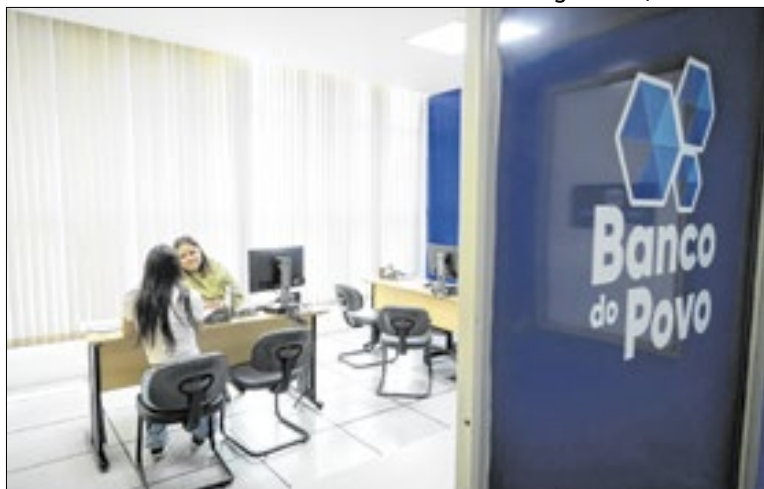
Banco do Povo amplia atendimentos e reforça geração de renda em Sumaré

Agência SP/Pablo Jacob

A Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego, Geração de Renda e Desenvolvimento Econômico de Sumaré iniciou 2026 com crescimento significativo nas ações do Banco do Povo Paulista (BPP). O programa reforçou seu papel como ferramenta de estímulo ao empreendedorismo e à geração de renda no município.

Em janeiro, foram realizados 133 atendimentos, número muito superior ao registrado no mesmo período do ano passado. Do total, 61 ocorreram presencialmente, enquanto 72 foram feitos por meios digitais e telefônicos, como WhatsApp, ligações e e-mail. O formato híbrido ampliou o acesso dos empreendedores ao serviço e contribuiu para o aumento da procura.

Na comparação com janei-



Programa registra alta de 291% nos atendimentos

ro de 2025, quando houve 34 atendimentos, o crescimento foi superior a 290%. O avanço é atribuído à maior divulgação do programa, à confiança da população e à atuação dos agentes de crédito, que oferecem orientação

técnica e acompanhamento aos interessados.

Crédito liberado

O volume de recursos concedidos também apresentou evolução expressiva. Em janeiro de

2026, foram formalizadas sete operações de crédito, somando R\$ 139.085,26. No mesmo mês do ano anterior, o valor liberado havia sido de R\$ 21 mil, o que representa aumento superior a 560%.

Outro destaque foi a participação feminina: mais de 70% dos contratos firmados tiveram como beneficiárias mulheres empreendedoras, fortalecendo as políticas de incentivo à autonomia financeira e à inclusão produtiva.

A administração municipal atribui os resultados ao trabalho técnico da equipe responsável pelo atendimento, análise e acompanhamento das propostas. O objetivo é garantir acesso ao crédito de forma segura e adequada à realidade dos pequenos negócios locais.